

História da vida privada: dilemas, paradigmas, escalas

Ronaldo Vainfas

Departamento de História, Instituto de Ciências
Humanas e Filosofia/Universidade Federal Fluminense

1. História da vida privada: definições, hesitações

Publicada em 1974 sob a organização de Jacques Le Goff e Pierre Nora, a trilogia *Faire de L'Histoire* (Le Goff & Nora, orgs. 1976), hoje clássica, ficou conhecida como o "manifesto da Nova História" à moda francesa. Entre os artigos então proponentes de "novos problemas", há os que se dedicaram ao quantitativo na história, à história dos povos sem escrita, às ideologias, à revalorização do fato e até ao marxismo. No tocante às "novas abordagens", encontram-se artigos dedicados a várias disciplinas ou campos da história, a exemplo da arqueologia, demografia, religião, literatura, arte, ciências, política. Quanto aos "novos objetos", deparamo-nos com amplo painel temático que vai do clima à festa, passando pelo inconsciente, pelo corpo, pelos jovens, pela cozinha, pelo mito, pelo filme, pela opinião pública e, certamente, pelas mentalidades. Não é o caso, aqui, de examinar em profundidade o perfil da trilogia, embora à distância me pareça discutível a "novidade" de vários problemas e abordagens propostos. Quanto aos objetos, não resta dúvida de que muitos eram, então, realmente novos e chegariam a abrir, no futuro, campos sistemáticos de investigação, a exemplo dos "jovens".

Causa espécie, porém, a ausência completa da *vida privada*, seja como novo objeto, seja como novo problema ou abordagem da chamada "Nova História". Causa espécie, antes de tudo, porque há quase quinze anos, em 1960, se havia publicado o livro de Philippe Ariès, *História Social da criança e da família*, obra que se tornaria clássica sobre a gênese da vida privada no

Ocidente (Ariès 1981). Mas Ariès era, na época, autor relativamente marginal entre os historiadores franceses, historiador diletante sem posições no mundo acadêmico francês, de modo que sua obra e seus objetos, hoje reconhecidos como perfeitamente alinhados com a Nova História, particularmente com a história das mentalidades, não gozavam então de qualquer prestígio historiográfico (sobre a trajetória de Philippe Ariès, ver Ariès 1994).

O fato é que, em *Faire de L'Histoire*, não se encontra nenhuma palavra sobre a vida privada como campo de investigação da Nova História. Haveria que esperar alguns anos, não muitos na verdade, para que também a vida privada fosse incorporada ao leque temático ou ao território de pesquisa da historiografia francesa. A incorporação da vida privada ocorreu já na década de 1980, tempo em que a própria história das mentalidades já começava a mostrar visíveis sinais de desgaste na própria França, questão à qual voltarei oportunamente. Mas, seja como for, a incorporação da problemática da vida privada foi também a do próprio Ariès pela historiografia então dominante e não foi por outra razão que coube a Philippe Ariès, juntamente com Georges Duby, a organização da portentosa *História da vida privada*, obra em cinco volumes, publicada em 1985 (Ariès & Duby 1990-1). Trabalho ambicioso, que abrange desde a Antigüidade até a década de 1980, é a esta obra que devemos nos reportar para uma reflexão sobre a vida privada como campo de investigação ou como objeto da história.

Campo de investigação, objeto da história, território de pesquisa, tema, não tenho como negar a imprecisão vocabular que até aqui caracteriza o presente artigo ao referir-se à vida privada. Mas devo dizer que as dificuldades do autor refletem bastante a própria hesitação dos que a ela se dedicam como historiadores, sobretudo ao delimitarem seus contornos teórico-metodológicos. É o que se pode perceber, antes de tudo, no "Prefácio" à *História da vida privada* assinado por Georges Duby na apresentação do primeiro volume da mencionada obra coletiva. Texto sobremodo exíguo, de apenas três páginas, o "Prefácio" tão-somente esboçou o território em que se deviam mover os historiadores da vida privada e as dificuldades que podiam encontrar para distingui-lo da totalidade social como esfera específica. Por outro lado, nele se reconheceu que a vida privada era domínio incipiente do conhecimento histórico, carente de pesquisas que a recém-publicada coleção tencionava estimular. Texto antigo de mais de dez anos, é com ele, porém, que devemos dialogar nesta primeira aproximação.

A primeira questão que certamente nos ocorre diz respeito à licitude do objeto tal como é concebido, ou seja, como esfera da vida social necessariamente presente em todas as sociedades e períodos históricos, da Europa à África Romana, da Antigüidade aos nossos dias. Duby se antecipa a tal questionamento no próprio "Prefácio" e, não obstante reconheça que o conceito de privacidade só adquiriu consistência "em tempos bem recentes" - o século XIX -, sugere haver numerosas evidências de que no próprio vocabulário de épocas passadas exprimiu-se "o contraste, claramente detectado pelo senso comum, entre o privado e o público" (Duby 1992: 10). Estaríamos, assim, tratando-se de sociedades pré-capitalistas no Ocidente, ou de sociedades não-capitalistas alhures, diante de uma privacidade não conceituada, mas tão-somente divisada, registrada nos usos e costumes. *Pré-história* da vida privada, diria textualmente

Duby. Suficiente, porém, para estimular investigações no campo da vida privada de quaisquer sociedades.

Pois bem, onde encontrar o território da vida privada, seja qual for o período e a sociedade estudados? Duby se preocupa desde logo em evitar que se o busque na *vida cotidiana*, nos usos e costumes do dia-a-dia. Parece associar vida cotidiana e individualismo ao recomendar ser preciso "não se desviar uma vez mais para a vida cotidiana, a casa por exemplo, o quarto, o leito -, não cair numa história do individualismo, numa história da intimidade" (Duby 1992: 10). Nesta altura da definição prevalece, ainda, a tendência negativa, isto é, a preocupação em dizer "o que a vida privada não é", indício evidente de certa hesitação na definição teórica do objeto. As difíceis e complicadas relações entre privado e cotidiano no vocabulário dos historiadores não é, por sinal, assunto de somenos importância e voltarei a ele adiante. Por ora fica o registro de que, para Duby, vida privada e vida cotidiana são noções distintas, campos distintos de investigação.

Opondo-se ao público e distinguindo-se de vida cotidiana, a vida privada seria, portanto, para Georges Duby, o objeto histórico de uma área particular, "uma zona de imunidade oferecida ao recolhimento, onde todos podemos abandonar as armas e as defesas das quais convém nos munir aos nos arriscarmos no espaço público...". Este lugar, afirma com nitidez, é o da *familiaridade*. "Doméstico. Íntimo" (Duby 1992: 10). No entanto, apesar de localizar no plano doméstico o cenário por excelência da vida privada, Duby sugere que se amplie e diversifique o enfoque do espaço privado, habilitando-se o historiador a captar o movimento de progressiva privatização de outros lugares que, desde a Idade Média, teria ocorrido no Ocidente. Privatização reativa ao fortalecimento do Estado, à voracidade do espaço público. Da moradia aos lugares de trabalho, e desses aos de lazer ("lugares propícios às cumplicidades e aos repouso masculinos"), afirma Duby que o alcance da vida privada pode ser bem maior do que se imagina.

Repouso masculinos à parte, Duby desenvolve melhor sua definição no volume 2 da coleção, livro dedicado à vida privada "Da Europa Feudal à Renascença". E certamente o faz sem deixar de, uma vez mais, advertir o leitor para que não espere do livro "um quadro acabado", mas sim "incompleto", "recheado de pontos de interrogação", enfim um esboço (advertência repetida pelos organizadores dos outros volumes e vários autores). Duby desenvolve a definição tomando por eixo a questão do *poder* e por temas o vocabulário, o direito e a feudalidade. Confirma-se, de todo modo, uma noção de privacidade oposta à autoridade, ao Estado. O latim das crônicas e leis da Roma clássica, de que a Idade Média fora herdeira, reservaria o vocábulo *publicus* para a esfera da soberania, do poder de regalia, ao passo que *privatus* e seus múltiplos derivados seriam reservados "aos comportamentos de intimidade", sobretudo no âmbito das fraternidades. Historicizando a noção de privado em relação à Idade Média, Duby propõe a vida privada como "vida de família, não-individual, e fundada na confiança mútua" (Duby 1985 v.2: 23). É no âmbito da familiaridade e do doméstico, portanto, que Duby situa o território da vida privada, embora no texto de medievalista insista em que domesticidade e familiaridade nada têm a ver com individualismo.

Feitas estas considerações prévias, é o momento de resumir as linhas gerais do que, segundo Duby, caracterizaria a história da vida privada então proposta, sem com isto retomar a análise de um texto ligeiro como é o "Prefácio" de Duby à citada coleção. Mas não é ocioso dizer que a própria exigüidade do texto, suas idéias-chave e a insistência em frisar a incipiência da vida privada como objeto de pesquisa indicam uma fragilidade teórico-metodológica bastante visível. Visível, em primeiro lugar, no dilema entre a proposição de um conceito de vida privada algo generalizante, no tempo e no espaço, e a delimitação das pesquisas e da própria história do conceito no contexto civilização ocidental - como se comprovará, adiante, com o balanço do conjunto dos cinco volumes. Visível, em segundo lugar, na preocupação em definir a vida privada pelo que esta não é ou não deve ser: história do cotidiano, história do individualismo. Visível, em terceiro lugar, na valorização da domesticidade, da familiaridade e da intimidade como espaços privilegiados da vida privada em contraposição à rejeição da casa, do quarto, do leito ("não cair numa história da intimidade") como cenários possíveis de investigação. Os impasses e dilemas que julgo ocorrerem neste esforço de delimitação acima resumido causam a impressão de uma fragilidade desconcertante.

2. Vida privada e vida cotidiana

O questionamento que fiz anteriormente acerca da licitude da vida privada enquanto problemática universal, passível de investigação seja qual for a época estudada, muitos já o fizeram também em relação ao conceito de cotidiano ou de vida cotidiana. Em texto recentemente publicado exatamente sobre vida privada e vida cotidiana, Mary Del Priore resumiu a preocupação geral através de indagações: "Como historicizar a noção mesma de vida cotidiana? Será ela universal e, portanto válida para todas as épocas históricas? Será ela globalizante e, logo, possível de se estender ao conjunto de uma formação social?" (Del Priore 1997: 259). Do ponto de vista da sociologia histórica, Henri Lefebvre não teve dúvida em negar a validade de um conceito de cotidiano aplicado a sociedades pré-industriais, considerando que só a complexidade do mundo capitalista permite fracionar o tempo, separar um tempo geral, cronológico, histórico, de um tempo diário e cotidiano. Antes disso, afirma Lefebvre através de metáfora, a prosa do mundo não se distinguia claramente da poesia" (1991: 36 e segs.).

Não é esta, porém, a linha de questionamento adotada pelos historiadores da vida privada quando buscam diferenciá-la do que seria uma história da vida cotidiana. Em Georges Duby vida cotidiana é noção aparentemente identificada com uma leitura microscópica da história ("a casa, por exemplo") e por isso descartada, o que sugere um conceito de vida privada mais ambicioso no enfoque, capaz de equilibrar descrição e explicação, olhares microscópicos e interpretações totalizantes. O alvo específico desta rejeição parece ser a coleção "História da vida cotidiana", publicada pela Hachette desde 1938. Le Goff também lhe moveu crítica dura em artigo publicado em 1980, afirmando que nela, ao lado de grandes livros, encontram-se "obras medíocres, que mais não são do que uma poalha de anedotas, de dados

dispersos, de instantâneos, que nada têm a ver com o verdadeiro cotidiano e, ainda menos, com a história" (Le Goff 1986: 79). No caso de Le Goff, ao que parece, o que se rejeita é menos a operacionalidade da noção de cotidiano, em geral, do que uma visão particularista e descritiva da vida cotidiana, uma leitura unicamente preocupada em "reconstituir" os usos e *mores* passados de determinada sociedade "tal como eram vividos".

Com efeito, era esta a motivação original da coleção tão criticada sobre a *História da vida cotidiana*: "ressuscitar o passado, restituindo-lhe o sabor como se aí estivéssemos ainda". Inaugurada com o célebre livro de Carcopino sobre Roma no apogeu do Império, a série apareceu numa época de crise, às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Animava-a, talvez, uma certa nostalgia histórica, um anseio difuso de viagem no tempo: saber como se dormia na Idade Média, como se navegava no tempo de Péricles, de que pratos se compunha a refeição dos faraós. Mostra-nos Jean-Didier Wolffromm, porém, que a coleção evoluiu, sobretudo após 1968, "impelida também pela nova escola histórica francesa", a saber, a chamada "Nova História" (Wolffromm 1984: 65-8). Wolffromm localiza mesmo três linhas de interesse e investigação na coleção *História da vida cotidiana*, na altura em que realizou o balanço (1978): a) estudos de grandes épocas (e talvez nesta linha tenha perdurado, em certos casos, a nostalgia descritiva de que falei); b) estudos sobre grupos socioprofissionais ou os movimentos sociais através dos séculos (e aqui nota-se a presença, menos da "Nova História" do que da História Social, seja na linha Labrousse, embora sem a quantificação, seja na linha Soboul, preocupada com as crises e revoluções); c) estudos de história regional francesa.

Convém, portanto, evitar injustiças em relação à coleção *História da vida cotidiana* que, além de ter produzido textos memoráveis desde os anos 1940, diversificou-se e abrigou tendências muito diversas de pesquisa. Mas convém, antes de tudo, evitar juízos apressados que identifiquem a noção de vida cotidiana simplesmente à recolha e descrição de curiosidades. No mesmo artigo de 1980, Le Goff defendeu a validade do conceito de cotidiano, desde que "integrado a uma análise dos sistemas históricos" e ressaltou, como modelo de uma história deste tipo, o clássico de Marc Bloch, *A sociedade feudal*, cujo capítulo dedicado às formas de sentir e de pensar, por exemplo, procura relacioná-las "a uma análise da sociedade feudal global". O mesmo faria Fernand Braudel em *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*, publicado em 1967, cujo primeiro volume é dedicado justamente às "Estruturas do cotidiano", entendidas certamente no campo da vida material: os códigos alimentares e o vestuário considerados mais determinantes da vida social do que as instituições políticas ou as práticas administrativas (Braudel 1967).

Considerarei necessárias essas reflexões algo paralelas sobre a noção de vida cotidiana porque esta noção me parece quase indissociável da noção de vida privada, o que se entrevê, num aparente paradoxo, na preocupação dos historiadores da vida privada em diferenciar a todo custo os dois conceitos. Em Georges Duby, como já vimos, a diferenciação se faz a partir da identificação de vida cotidiana como leitura micro-histórica em contraposição a um conceito de vida privada mais problematizador. Em Le Goff trata-se de outra coisa, isto é, de rejeitar um conceito meramente descritivo de cotidiano em favor de um mais

explicativo e globalizante, fórmula, talvez, para "reabilitar" o conceito de mentalidade com outro nome - conceito já muito criticado, àquela altura, na França e alhures.

Não vejo, no entanto, razões teóricas muito nítidas para a rejeição do conceito de vida cotidiana, nem muito menos para reduzi-lo a uma condição epistemologicamente inferior ao de vida privada. Se ambos são passíveis, na verdade, de um questionamento acerca de sua *a-historicidade* (como vários aliás fizeram), o conceito de cotidiano tem ao menos a vantagem de referir-se ao tempo, dimensão histórica por excelência, e particularmente ao tempo longo, tempo das estruturas. Braudel operou com a noção de cotidiano articulado à vida material e às "prisões de longa duração" determinadas pelo meio geográfico. Le Goff defendeu a vida cotidiana, talvez com certo exagero, como cenário privilegiado das lutas sociais e da construção da memória. Operando com um conceito de cotidiano fortemente aparentado com o de mentalidade por ele exposto no célebre capítulo de 1974, da coletânea que organizou com Nora (Le Goff, ed. bras. 1976: 68-83), sugeriu que a história do cotidiano é capaz de revelar "o sentimento de duração, nas coletividades e nos indivíduos, o sentimento daquilo que muda, bem como daquilo que permanece..." (Le Goff 1976: 81).

É com base em tais considerações que gostaria de retomar, para uma palavra final, a questão da relação entre vida cotidiana e vida privada, relação sugerida antes de tudo pela historiografia engajada na História da Vida Privada. Parece-me, pois, que vida cotidiana e vida privada não são, de fato, conceitos intercambiáveis e devem ser, em certa medida diferenciados. Cotidiano é conceito que diz respeito ao tempo, sobretudo ao tempo longo, seja no plano da vida material, seja no plano das mentalidades ou da cultura, embora possa ser operacionalizado na dimensão restrita de uma cidade, uma região, um segmento social, um grupo socioprofissional. Mas é conceito mais passível de ligar-se às estruturas e ao social global, como indica aliás parte da historiografia que o adota. Vida privada é conceito mais explicitamente ligado à domesticidade, à familiaridade ou a espaços restritos que podem emular a privacidade análoga à que se atribuiu à família a partir do século XIX. Não vejo, porém, razão para pensá-los como necessariamente excludentes, uma vez que a dimensão da familiaridade ou da intimidade pode ou deve ser perfeitamente percebida na cotidianidade, entendida a última conforme expus linhas acima. Seja como for, não deixa de ser no mínimo intrigante, na realidade, o fato de cotidiano e vida privada serem hoje conceitos tão próximos na linguagem de muitos historiadores - a ponto de um conceito levar à evocação do outro - do que resulta ora uma associação, ora uma distinção, quando não oposição, entre as duas noções.

3. Linhagens da História da Vida Privada

Não é de admirar, de qualquer modo, que vida privada e cotidiano apareçam tão imbricados, queira-se ou não, no vocabulário dos historiadores franceses. É o que nos sugere André Burguière no verbete sobre "Antropologia Histórica" de seu *Dicionário das ciências históricas*, publicado em 1986, especialmente ao rastrear a adoção de preocupações antropológicas por parte da historiografia francesa (Burguière, ed. bras. 1993). Basta verificar os títulos e

respectivos assuntos dos primeiros livros de história franceses relacionados à vida privada, o primeiro dos quais, salvo erro, data simplesmente do século XVIII.

Assim, se iniciamos o presente ensaio vinculando a problemática da História da Vida Privada à coleção organizada por Duby e Ariès, fizemo-lo porque ela marca a incorporação de um objeto ou problemática pouco valorizada no alvorecer dos *Annales* e mesmo na chamada "era de Braudel", como quer Peter Burke, para não falar da Nova História pós-68, que tardou uns dez anos para assumir as pesquisas neste campo. Mas a rigor, a História da Vida Privada antecede em cerca de 200 anos o aparecimento da citada coleção.

Data de 1782, com efeito, a obra em três volumes de Legrand d'Aussy, *Histoire de la vie privée des Français*, em cujo prefácio o autor se insurgia, em plena época das luzes, contra uma história somente apegada aos feitos de reis, ministros e generais, preconizando uma história diferente: "os burgueses em sua cidade, o camponês em sua cabana... o francês, por fim, no seio da sua família, com seus filhos" (Burguière 1993: 64). Legrand d'Aussy não fez muito mais do que uma história da alimentação, incluindo a descrição de produtos, das técnicas e comportamentos alimentares, mas nem por isso se deve desmerecer sua obra. Afinal, não é basicamente isto o que encontramos nas "Estruturas do cotidiano" que Braudel incluiu no seu *Civilisation matérielle*? Creio que sim, ressalvada a maior sofisticação teórica de Braudel, como é óbvio, além do recorte geográfico mais amplo que o mundo dos franceses.

Se dermos um salto para o século XIX, deparamo-nos com outra história da vida privada, a de A. Franklin, publicada em 1890: *La vie privée autrefois: moeurs, modes, usages des parisiens du Xlle au XVIIIe siècle*. Neste caso, é Burguière quem compara explicitamente Franklin e Braudel do *Civilisation matérielle*, identificando, antes de tudo, a semelhança de assuntos: a história do vestuário, da moradia, da alimentação, dos ofícios. As semelhanças, no entanto, não passam daí, pois Franklin "só ofereceu um repertório retrospectivo dos objetos da vida cotidiana para servir de cenário à 'grande história', dando a ela uma imagem mais familiar, mais real" (Burguière 1993: 65).

Interessa-nos menos, de qualquer modo, a comparação entre Braudel e Legrand d'Aussy ou Franklin, por si mesma, do que acentuar, em primeiro lugar, que a História da Vida Privada não era absolutamente nova na altura em que Ariès e Duby idealizaram a coleção em cinco volumes publicada na década de 1980. E interessa-nos reiterar, em segundo lugar, o estreito vínculo entre vida cotidiana e vida privada nas linhagens da historiografia, seja no viés meramente descritivo que animou as primeiras décadas da série *História da vida cotidiana* publicada pela Hachette, seja no viés mais explicativo ou, quando menos, crítico de uma história meramente política - e neste ponto é útil comparar os autores dos séculos XVIII e XIX com o Braudel interessado no cotidiano alimentar da Época Moderna.

Por outro lado, é certo que abordagens como as de Legrand d'Aussy ou A. Franklin não resultaram em grande coisa no século XIX, tempo em que esteve em voga a "escola metódica", por muitos chamada de "positivista", e uma historiografia marcadamente preocupada com o político e com a idéia de nação - assunto que, por sinal, escapa aos objetivos deste artigo (Falcon 1997). O certo é que seria preciso esperar o século XX para que primeiro se esboçasse e depois virasse *best-seller* a historiografia sobre a vida privada.

Foi, a meu ver, nisto que chamei de esboço de uma história da vida privada, que surgiram talvez os melhores e mais fecundos trabalhos, livros que, se não se preocuparam em fundar um campo "novo" e globalizante de pesquisa, inauguraram uma nova problemática devidamente contextualizada.

Refiro-me, antes de tudo, à obra pioneiríssima do sociólogo alemão Norbert Elias, *O processo civilizador, uma história dos costumes*, originalmente publicado em 1939 (ed. bras. 1990) - obra que, por significativa coincidência, nasceu quase junto com a série francesa da Hachette sobre a *História da vida cotidiana*. De todas as inovações propostas por Elias em seu livro, inclusive no tocante a uma história política de viés cultural hoje muito em voga nas pesquisas, o que gostaria de destacar é a transcrição e análise de trechos de manuais de civilidade produzidos na Época Moderna. Manuais preocupados com o controle do corpo, seus fluxos e refluxos; manuais empenhados em normatizar os comportamentos à mesa, os gestos, as falas, os ruídos proibidos e permitidos, os modos de vestir adequados e inadequados, os modos de sentar, andar, dormir. Elias descortina, ali, o que chama de *processo civilizador*, processo que primeiro tocou as classes dominantes para só depois, e mui lentamente, se generalizar pela "civilização ocidental", construindo-a. Processo civilizador que, por meio da multiplicação de receituários de conduta, etiquetas e protocolos, gerou padrões longevos de sociabilidade e criou condições para um processo de "individuação" das consciências e comportamentos sociais. A gênese da vida privada que se pode perceber nas análises de Norbert Elias se afigura inseparável não apenas da privacidade de estilo burguês como também do individualismo, não obstante alguns insistam em separar, em absoluto, este último da noção de privacidade.

Refiro-me, em segundo lugar, àquele que, por isso mesmo, viria a ser o principal mentor da portentosa *História da vida privada* publicada nos anos 1980: Philippe Ariès. Já em 1948, antes portanto do surgimento da Demografia Histórica como disciplina específica em França, Ariès publicaria *L'Histoire des populations françaises et de leurs attitudes devant la vie depuis le XVIIIe siècle*, obra pioneira, por exemplo, na hipótese sobre a precocidade do controle dos nascimentos na França. Ariès já rastreava, recém-terminada a Segunda Guerra (e ao longo dela, na verdade), os costumes e as atitudes coletivas a partir da casa, da privacidade doméstica. E data de 1960 o já mencionado (e traduzido) *História Social da criança e da família*. É nele que se encontra o estudo verdadeiramente original sobre a gênese da vida privada em plena Época Moderna, sobretudo a partir do século XVIII: a redução dos espaços comunitários e das relações de vizinhança em favor da sociabilidade doméstica; formação do sentimento de infância; diversificação dos ambientes no interior das casas. É neste livro que se encontra a síntese mais sistemática, até então produzida, da história do individualismo e da construção da vida privada no Ocidente.

É o próprio Ariès quem avalia, em retrospectiva, as preocupações do seu livro, valendo citar:

"Meu livro tratava da transição de uma sociedade medieval, onde a família era aberta, para uma sociedade contemporânea, a nossa, onde a partir do século XVIII a família se fechara. Parei no momento em que o novo modelo conquistaria, mais ou menos rapidamente, a civilização ocidental inteira... A passagem de um modelo de família a outro é explicada por um fenômeno psicológico que confundiu o comportamento do homem ocidental a partir do século XVIII: uma revolução do sentimento e da afetividade,

em sua natureza, intensidade e concentração. Por sua vez, como uma reação em cadeia, as modificações que essa revolução provocava se estendiam a toda a sociedade, até seu *habitat*, seu urbanismo. Chegaríamos a conclusões semelhantes se tivéssemos partido da cidade, em vez de partir da família. Ambas são casos particulares do grande movimento de privatização que leva consigo o mundo ocidental" (Ariès 1994: 132).

Privacidade, individualismo, civilização, familiaridade, eis as variáveis de uma história da vida privada concebida como problemática de pesquisa referida à Época Moderna, mas sobretudo à história ocidental do século XVIII em diante. Percebe-se-a claramente no ensaio introdutório do volume 3 da *História da vida privada*, ensaio intitulado "Por uma História da Vida Privada" e assinado pelo próprio Philippe Ariès (1990-1, v.3: 7-20). É verdadeiro programa de uma linha de pesquisa. "É possível uma História da Vida Privada?", questiona com razão Ariès, para propor, em seguida, duas épocas de referência. Como ponto de partida, o final da Idade Média, tempo em que o indivíduo se enquadrava em solidariedades coletivas, feudais, comunitárias: as solidariedades da comunidade senhorial, as solidariedades entre linhagens, os vínculos de vassalagem. Solidariedades e vínculos que encerram o indivíduo ou a família num mundo que não é nem público nem privado. O ponto de chegada é o século XIX: a sociedade se transformou numa população anônima onde as pessoas já não mais se conhecem. O trabalho, o lazer e o convívio se tornam atividades separadas em compartimentos estanques. O indivíduo procura proteger-se, então, dos olhares dos outros: escolhe livremente, ou pensa que escolhe, seu estilo de vida, ou se recolhe na família, refúgio do espaço privado.

"Como se passou do primeiro ao segundo desses modelos...", do medieval-aberto ao burguês-fechado? - segunda pergunta. Descartando a hipótese de uma evolução linear de lenta transformação entre o final da Idade Média e o século XIX, Ariès sugere certa continuidade, nas "mentalidades profundas", entre o fim do medievo e o século XVII, elencando em seguida os fatores de mudança, "três fatos externos, ligados à grande história político-cultural": 1) o *novo papel do Estado*, crescentemente voraz, capaz de, no limite, dividir a sociedade em três zonas - a sociedade cortesã, as classes populares e os setores intermediários, os dois primeiros arcaicos, cada um a seu modo, e funcionando como "obstáculo para a extensão de um novo espaço privado"; 2) o *desenvolvimento da alfabetização e a difusão da leitura* graças à imprensa - leitura em voz alta que pouco a pouco evolui para a leitura silenciosa, capaz de permitir à pessoa "formar conhecimentos empíricos"; 3) as *novas formas de religião* estabelecidas a partir dos séculos XVI e XVII, estimuladoras de uma devoção interior e de exames de consciência, seja "sob a forma católica da confissão", seja sob a forma "puritana do diário íntimo".

Ariès passa dos fatores "externos" aos caminhos concretos das mudanças conducentes à privatização e individuação: 1) literatura de civilidade, no que rende justo tributo a Norbert Elias; 2) literatura autógrafa, indicativa dos progressos da alfabetização, leitura, escrita e autoconhecimento; 3) gosto da solidão, que deixa de ser penitência ou virtude de ascetas e eremitas, para ser condição aceitável e até desejável; 4) amizade, busca de "um outro eu", especialmente escolhido, para partilhar segredos (um mestre,

parente, servidor, vizinho): ainda não é a "grande amizade que encontramos em Michelangelo ou Shakespeare", casos excepcionais, mas "já não é apenas a fraternidade dos cavaleiros da Idade Média"; 5) nova maneira de conceber e levar a vida cotidiana, isto é, crescente atenção ao que ocorre ou existe dentro da casa: espaços, mobiliário, gestos: 6) "a história da casa resume, talvez, todo o movimento dessas constelações psicológicas que acabamos de mencionar": diminuição dos cômodos; criação de espaços de comunicação que permitem passar de um a outro cômodo sem passar pelo outro; especialização dos aposentos; distribuição do calor e da luz (a exemplo da "história da lareira").

Haveria mais a dizer sobre este ensaio que Ariès intitula de "Para uma História da Vida Privada". Nele, vale lembrar, a casa assume lugar de destaque, lugar sintético, a contrariar o que dela afirmou Georges Duby ("convém desviar-se da história da casa..."). E nele, vale insistir, privacidade e individualismo, quicá solidão, não são excludentes. Familiaridade, individualidade, solidão: três dimensões da vida privada passíveis de investigação histórica. Ariès fundamentou, sem dúvida, uma problemática relevante de pesquisa, marcada reconhecidamente pela obra de Norbert Elias. Problemática relativa à história ocidental a partir de fins da Idade Média e, sobretudo, da Revolução Industrial em diante. Mas a História da Vida Privada continua à cata de alguma coerência enquanto campo de investigação mais abrangente, bastando, para comprovar semelhante crítica, cotejar o que dizem Duby e Ariès sobre o mesmo tema.

4. A História da Vida Privada sob medida

É o momento de olhar mais de perto para o conjunto dos cinco volumes da *História da vida privada*. Verificar, através de um balanço dos capítulos, o perfil temático das pesquisas, os períodos e espaços investigados, os documentos utilizados. É certo que não esgotaremos o assunto aqui, mas vale apresentar um esboço quantitativo do que se tem feito neste campo, com todos os riscos e armadilhas que a quantificação não raro coloca para o historiador.

No tocante à variável espacialidade, penso ser desnecessário realizar qualquer quantificação mais apurada, bastando mencionar o larguíssimo predomínio das pesquisas sobre a história européia ocidental, excetuando-se os artigos sobre a África romana e sobre Bizâncio, no primeiro volume, e mesmo esses tratam de áreas relativamente ocidentalizadas da Antigüidade. No mais, pontifica a França - esmagadora maioria -, seguida de longe pela Inglaterra, Itália, Suécia. O único artigo que trata dos Estados Unidos versa, na realidade, sobre a penetração do modelo norte-americano de vida privada na sociedade francesa contemporânea. Nada sobre a Alemanha, nada sobre os países ibéricos, nada sobre os espaços não-europeus. A história da vida privada feita na França segue de perto, assim, a tradição dos *Annales* e da própria Nova História pós-68 (Cardoso 1988: 93-117).

No tocante à documentação, poder-se-ia parafrasear o que Le Goff afirmou, em 1974, a propósito das mentalidades, dizendo simplesmente: tudo é fonte para o historiador da vida privada. Fontes provenientes da esfera pública,

principalmente, mas também fontes que, de certo modo, permitem iluminar o íntimo, a privacidade. O rol é extenso: documentação administrativa, legislação, processos judiciais, fontes eclesiásticas, iconografia de variado tipo, literatura, escultura, plantas de casas, arquitetura pública e particular, jornais, revistas. Em raros casos encontramos textos apoiados em fontes exclusivamente produzidas na esfera privada com circulação muito restrita ou mesmo nenhuma: correspondência particular de pessoas comuns, no primeiro caso; diários íntimos, no segundo. Voltaremos adiante ao problema das fontes, a propósito das potencialidades e limitações da documentação, sendo a vida privada o universo de investigação.

Quanto à temporalidade, a *História da vida privada* adota uma periodização mais ou menos convencional, abrangendo desde a Antigüidade à atualidade (anos 1980), correspondendo a cada um dos cinco volumes os seguintes períodos: I) *Do Império Romano ao ano mil* (org. Paul Veyne); II) *Da Europa feudal à Renascença* (org. Georges Duby); III) *Da Renascença ao Século das Luzes* (org. Ph. Ariès e Roger Chartier); IV) *Da Revolução Francesa à Primeira Guerra* (org. Michelle Perrot); V) *Da Primeira Guerra aos nossos dias* (org. Gérard Vincent e Antoine Prost). É neste ponto que vale a pena visualizar a distribuição dos 55 artigos da série pelos cinco períodos selecionados, informações que resumo no Quadro I abaixo:

Quadro I - Distribuição dos artigos da História da vida privada por períodos

HVP por períodos	Números de artigos	%
Volume 1	5	9
Volume 2	8	15
Volume 3	14	25
Volume 4	15	27
Volume 5	13	24
TOTAL	55	100

Como seria de se esperar, quase 75% dos artigos da série tratam do século XV/XVI em diante, e mais da metade se refere aos séculos XIX e XX. É verdade que para a Antigüidade e para a Idade Média as fontes podem ser mais escassas - e o são, com efeito, para um estudo da "vida privada" -, além de serem mais difíceis de trabalhar, exigindo conhecimentos e erudição típicos de especialistas, exigências sem dúvida menos acentuadas para os historiadores do século XX, por exemplo (e sem querer, com isso, desmerecê-los). Mas a questão é de fundo: elegendo a história da vida privada na Europa Ocidental como objeto de estudo, a série organizada por Ariès e Duby teria mesmo que se concentrar, em primeiro lugar, no processo de construção da privacidade e do individualismo - o "processo civilizador de que fala Elias -, e em segundo lugar, no enraizamento, cristalização e diversificação desses processos, fenômeno típico da contemporaneidade a partir do século XIX. Não por acaso, diversos artigos relativos aos dois primeiros períodos (volumes 1 e 2) abordam o problema da "confusão" entre o público e privado nas várias esferas da vida

social, quando não escolhem este tema como objeto do ensaio, a exemplo do próprio Georges Duby no artigo inaugural do segundo volume: "Poder privado, poder público".

Se avançarmos na quantificação, rastreando as temáticas específicas que predominam nos ensaios, num esforço de classificá-las, confirmaremos certas linhas-mestras da série, enunciadas por Duby no seu "Prefácio", embora nos defrontemos também com algumas surpresas. De todo modo, cabe-me nesta altura advertir o leitor, seguindo o exemplo de Duby, acerca da possível fragilidade desta classificação pautada na identificação do que seria a temática predominante de tal ou qual artigo. Tomar por critério ou indício o título seria esforço vão, pois há vários que não informam rigorosamente nada sobre o assunto, a exemplo do ensaio introdutório ao volume 4, assinado por Michelle Perrot: "Outrora, em outro lugar". Por outro lado, não se percebe um critério homogêneo na concepção da obra que oriente a enunciação dos assuntos: o volume 1, por exemplo, divide os temas que lhe cabem a partir de subperíodos históricos (Antigüidade Tardia, Alta Idade Média Ocidental) ou de sociedades compreendidas no período maior (Império Romano, Bizâncio); já os volumes seguintes dividem os assuntos a partir de critérios temáticos a juízo dos autores, e nem sempre de modo claro, conforme exemplifiquei.

Qualquer esforço de classificação temática minimamente confiável depende, pois, do exame dos artigos, o que longe está de resolver os problemas. O artigo de Paul Veyne, por exemplo, relativo ao "Império Romano" é um verdadeiro livro de mais de 200 páginas, no qual são estudados inúmeros aspectos da vida familiar, relações de parentesco, ritos, instituições públicas e familiares, escravidão, estratificação social, ética, sexualidades, religiosidades. Não é totalmente impossível ajuizar sobre a temática predominante neste longo ensaio - e, com efeito, acabei por fazê-lo, inserindo o texto na temática mais recorrente no conjunto dos cinco volumes -, mas não resta dúvida de que se trata de uma escolha em boa medida arbitrária. Outros artigos há, por outro lado, que só tangencialmente tocam no problema da vida privada, tornando difícil classificar a temática predominante em relação ao que é ou deveria ser, afinal, a matéria da obra. Seja como for, o exame dos artigos permitiu a identificação de certas temáticas mais recorrentes que, ancorada na agregação ou associação de temas afins, resultou em seis categorias, a saber:

- 1) Familiaridade: relações domésticas e de parentesco, ritos, instituições privadas, papéis, regras de convívio;
- 2) Individualismo, intimidades, sexualidades, sentimentos pessoais;
- 3) Civilidade: educação, regras de sociabilidade, modelos de vida privada;
- 4) Relações entre o público e o privado;
- 5) Espaços domésticos, casa, moradia e arquitetura doméstica;
- 6) Identidades culturais e vida privada.

O Quadro II apresenta os resultados da classificação.

Quadro II - Classificação dos temas predominantes nos artigos da *História da vida privada* - 5 volumes

TEMÁTICAS	Número de artigos	%
Temática 1	18	33
Temática 2	10	18
Temática 3	10	18
Temática 4	7	13
Temática 5	5	9
Temática 6	5	9
TOTAL	55	100

A primeira observação que cabe fazer é acerca do expressivo índice de 33% de artigos dedicados à *familiaridade*, a confirmar o que Georges Duby anunciava como sendo o território privilegiado de uma história da vida privada. O que no "Prefácio" de Duby se apresenta de certa maneira vago, ganha corpo nos trabalhos concretos de pesquisa sobre relações domésticas entre casais, filhos, parentes, criados, ritos de passagem diversos, tensões no interior das casas ou entre famílias, receituários de conduta e valores familiares. Tudo isto certamente dimensionado em perspectiva histórica, de sorte que, *grosso modo*, o volume 3 trata da gênese da vida privada em termos de familiaridade; o volume 4, da cristalização do modelo burguês de família; o volume 5, das múltiplas transformações por que passou este modelo no período entre-guerras e sobretudo no pós-II Guerra, com ênfase nas mudanças éticas e comportamentais das décadas de 1960 e 1970.

O predomínio de estudos sobre este recorte temático parece indicar uma face importante da História da Vida Privada enquanto autêntica *história da família* à moda Ariès: história qualitativa preocupada com as sensibilidades e sociabilidades em conexão com processos históricos mais amplos, como se percebe aliás no seu *História Social da criança e da família*, de 1960, bem como no texto "Para uma História da Vida Privada" que abre o terceiro volume da coleção. Uma história da família muito distante da que produz a Demografia Histórica desde os anos 1950, sobretudo na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, ancorada em fontes quantificáveis e nas inferências de base estatística. Na *História da vida privada* não se encontra nada disso: nenhuma preocupação sistemática com índices de nupcialidade, natalidade, ilegitimidade ou mortalidade, salvo pontualmente e à guisa de ilustração para idéias inferidas a partir de fontes não quantificáveis.

A segunda observação diz respeito aos 18% de artigos voltados para as temáticas do individualismo, intimidades, sexualidades. A recomendação de Duby - um tanto vaga, é verdade - de que se fazia necessário evitar "uma história do individualismo e das intimidades" não parece ter aqui prosperado. Elegendo o privado como campo de observação, o historiador não teria como evitar incursões neste microterritório, mormente ao estudar os séculos XIX e XX. É o volume 4, por sinal, que conta com o maior número de artigos neste campo, mas

vale dizer que esta é temática contemplada em todos os volumes, o que também só ocorre com o tema da familiaridade. Ele aparece com força, por exemplo, no artigo de Peter Brown sobre a Antiguidade Tardia, texto muito preocupado com o monasticismo solitário, a recusa do prazer, o ideal de castidade, mas também nos textos de Paul Veyne e de Michel Rouche. Aparece igualmente na seção intitulada "A emergência do indivíduo", incluída no segundo volume, com textos muito específicos: "A solidão nos séculos XI-XII" (G. Duby) e "Abordagens da intimidade nos séculos XIX e XX" (Philippe Braunstein).

Podem parecer surpreendentes o fato de ter-se incluído aqui o tema da sexualidade na mesma categoria das temáticas do individualismo, solidão, etc. Justifico a opção, no entanto, porque vários textos preocupados em rastrear a formação da autoconsciência referida ao individualismo trataram vigorosamente do corpo e do "uso dos prazeres". Não é demais lembrar, a propósito, que o próprio Michel Foucault deu o subtítulo de "O cuidado de si" para o terceiro volume de sua *História da sexualidade*, livro voltado basicamente para a difusão da moral estoica no mundo romano tardio, especialmente de uma certa austeridade em matéria sexual (Foucault 1985). No entanto, somente dois textos da série aludem diretamente à sexualidade em seus títulos: "A relação íntima e os prazeres da troca", de Alain Corbin (vol. 4) e "O corpo e o enigma sexual", de Gérard Vincent (vol. 5).

Longe estamos, porém, de superestimar a incidência do tema da sexualidade na *História da vida privada* que, pelo contrário, encontra-se em inúmeros artigos, relacionada à vida dos casais, às intimidades, aos modelos de comportamento, aos padrões de civilidade. O sexo e o corpo estão presentes, na verdade, em boa parte desta obra, apesar de, curiosamente, quase não mostrarem suas faces nos títulos dos artigos - o que não deixa de ser intrigante e talvez significativo. E penso que não poderia ser de outra forma, se tem razão Richard Sennett ao acentuar o culto do corpo característico das últimas décadas, relacionando-o ao egocentrismo narcisista de que trataremos adiante (Sennett 1989: 21 e segs.). A fisiolatria de que fala Sennett não é estranha à própria história da sexualidade, tão em voga a partir dos anos 1960, e tampouco o é em relação à História da Vida Privada, como tentarei mostrar oportunamente.

A terceira observação se refere ao expressivo índice de 18% relacionado ao tema da civilidade e afins, ao que se poderia somar, sem grande distorção, os 13% de artigos dedicados ao problema das relações entre o público e o privado. São textos quase sempre preocupados em dimensionar a gênese ou os modelos da privacidade no Ocidente em termos macro-históricos, ora examinando a confusão entre o público e o privado em épocas pretéritas, ora vasculhando a ilusão de privacidade no mundo contemporâneo. Encontramos, neste campo, textos de fôlego como o já citado "Poder privado, Poder público", de Georges Duby (vol.2), "Os usos da civilidade", de Jacques Revel (vol.3), "Revolução Francesa e vida privada", de Michelle Perrot (vol.4) ou "Segredos da história e história do segredo", de Gérard Vincent (vol.5). Todos estes, e vários outros, são textos que propõem olhares inovadores sobre as relações privado/público em várias épocas, inclusive em *tournants* historicamente expressivos, dando mostra significativa das potencialidades de uma História da Vida Privada como temática global de investigação.

Quarta observação: o relativamente modesto índice de 9% de artigos dedicados à casa - cinco textos, na realidade -, quero dizer, aos espaços domésticos, cômodos, arquitetura das moradias, assunto que reputo essencial para uma História da Vida Privada, conforme aliás sugeriu Ariès no seu livro de 1960. É certo que, também neste tópico, a exemplo do que ocorre com a sexualidade, o problema da casa aparece tangencial ou fortemente em artigos voltados para outros temas, mas seria de esperar um pouco mais, sobretudo do volume 5, dedicado à época contemporânea. Nele não há nenhum texto explicitamente dedicado ao problema da morada, embora o assunto seja trabalhado por alguns autores, como no caso do artigo "Trabalho", de Antoine Prost. Apesar disso, a inquietação com esta possível lacuna não se desfaz.

Quinta observação: o índice, neste caso expressivo, de 9% de textos voltados para a discussão de identidades culturais, nos quais a vida privada aparece de modo secundário, fato registrado exclusivamente no quinto volume. Refiro-me a textos como "Ser comunista? Uma maneira de ser", de Gérard Vincent, "Ser judeu na França", de Perrine Simon-Nahun, ou "Ser imigrante na França", de Rémi Leveau e Dominique Schnapper. São textos interessantes, sem dúvida, que aliás não deixam de investigar o tipo e os limites da privacidade de grupos minoritários, não raro estigmatizados ou perseguidos. Mas basta conferir: são textos sobretudo preocupados com as identidades culturais e as relações de alteridade e não propriamente com a vida privada. E se fossemos aqui adotar um excesso de rigor, outros textos há, noutros volumes, dos quais se poderia dizer: "o tema é a vida privada, mas o assunto é outro...", via de regra afinado com as temáticas mais específicas de investigação dos autores selecionados. Trata-se, de todo modo, de fato corriqueiro em obras coletivas, o que não chega a comprometer a qualidade da obra no conjunto.

Mas não seria exagero dizer que, sob o rótulo de "vida privada" desfilam temas e pesquisas que bem poderiam inscrever-se no campo mais geral da chamada "Nova História Cultural" ou da "velha História das Mentalidades": intimidades, sexualidades, história da leitura, sociabilidades, familiaridades, representações literárias, cotidiano, etc. Em trabalho publicado recentemente (porém escrito há uns cinco anos), cheguei a afirmar que, desgastada com as críticas sofridas nos anos 1970-80, a História das Mentalidades tendeu a recuar (hoje, na França, é raro um historiador assumir-se como "historiador das mentalidades"). Recuar como proposta de um "novo objeto", mas avançar com vitalidade no tocante às pesquisas e mesmo quanto às delimitações teóricas, abrigando-se em "novos" nichos, a exemplo da chamada história cultural - também ela muito diversificada - ou em refúgios temáticos supostamente inovadores. Cheguei mesmo a dizer que a história da vida privada era um desses refúgios - sem querer fazer *blague* com assunto sério -, na medida em que herdava temas e problemas quando menos esboçados, e muitas vezes freqüentados, pelos historiadores das "velhas mentalidades" (Vainfas 1997a). Creio que o balanço aqui esboçado da *História da vida privada* organizada por Duby e Ariès - dois expoentes, por sinal, da história das mentalidades nos anos 1970 -, talvez me permita insistir naquela avaliação. E, se for certo o meu juízo, não é de estranhar a tendência à pulverização de recortes que parece marcar os olhares sobre a vida privada, como também não surpreendem as hesitações teóricas que vimos marcar os que "teorizam" sobre uma problemática presumidamente nova.

5. História da Vida Privada: ilusões, possibilidades

Falar de ilusões cultivadas por uma história que pretenda iluminar a vida privada significa, antes de tudo, aludir à tendenciosidade e opacidade das fontes. Seria de todo ingênuo, ou prova de má vontade, dizer que este é um problema exclusivo da história da vida privada, quando na realidade ele é inerente ao trabalho do historiador, seja qual for o seu campo de observação ou tema. Documentos são sempre tendenciosos, produzidos de algum lugar social, político, intelectual e o são com determinados fins. Emitem mensagens para ocultar o que não se pretende, não se cogita ou não se sabe dizer, por mais que o historiador se empenhe em encontrar as respostas para suas indagações. Documentos são monumentos, falsos e verdadeiros a um só tempo, deles disse Le Goff em artigo célebre (Le Goff 1984).

A História da Vida Privada esbarra, pois, com dificuldades comuns a qualquer tipo de história, sofrendo mais, na verdade, quando debruçada em períodos onde a própria vida privada não se encontra nitidamente divisada e só produz testemunhos muito indiretos de si mesma. Neste caso, o historiador não tem saída senão ancorar-se em fontes produzidas no (e a partir do) *público*; fontes talvez mais indicativas dos modelos de família e de sociabilidade doméstica que se pretendiam impor na sociedade do que das relações familiares ou atitudes e comportamentos individuais.

Tomemos o exemplo de Jean-Louis Flandrin, talvez o principal historiador francês da sexualidade, autor presente na *História da vida privada* com texto sobre a civilidade no tocante ao hábitos e etiquetas alimentares. Tomemos, pois, o Flandrin dos anos 1960-70, o autor de "Homme et femme dans le lit conjugal" (1981: 127-36) ou de "La morale des relations domestiques", textos típicos de uma história da vida privada *avant la lettre* (1984). O cotidiano da família, as relações de poder forjadas em seu interior, a sexualidade dos casais, tudo se infere de manuais de confissão, textos conciliares, tratados de teologia moral e fontes análogas. Encontramos ali os modelos ideais de comportamento que, quando muito, permitem deduzir as práticas e atitudes que os moralistas tencionavam corrigir, extirpar ou estigmatizar. Se usadas apressadamente - e não é o caso de Flandrin - essas fontes podem levar o historiador a graves equívocos como, por exemplo, o de supor a organização sólida de uma família conjugal/nuclear que só existia no modelo dos teólogos.

O mesmo valeria para a Antiguidade, tomando como exemplo o citado terceiro volume da *História da sexualidade*, de Michel Foucault, livro que atesta o modelo de austeridade sexual que um segmento minoritário da aristocracia romana pareceu cultivar no final do Baixo Império. Foucault se baseia em documentos indicativos de uma certa moral restritiva ao desperdício de energia e portanto favorável à continência em matéria de prazeres eróticos. Mas, sem cair no estereótipo de que os romanos eram realmente libidinosos na corte dos Césares, até que ponto aquela ética austera de inspiração estoica teria imprimido a sua marca no cotidiano de Roma?

Um terceiro exemplo de ilusões, que convém evitar, encontro em trabalho não muito recente de minha autoria, *Trópico dos pecados*, na altura em que examinei os processos da Inquisição portuguesa contra mulheres acusadas de

praticar relações homossexuais, a *sodomia foeminarum*. São, a bem dizer, fontes opacas, ao contrário dos processos de *sodomia masculorum*, nas quais todas as mulheres aparecem descritas umas sobre as outras, sendo as primeiras designadas como "machos agentes" (ativas) e as segundas como "fêmeas pacientes" (passivas) - linguagem reiteradora do modelo heterossexual de cópula, modelo comum aos clássicos da Antigüidade e aos teólogos medievais. Percebe-se com nitidez, em tais documentos, não as vivências sexuais das mulheres acusadas, mas o ranço misógino dos inquisidores, ignorantes do corpo feminino, e de resto pouco interessados em argüir mulheres que praticavam o sexo sem o falo - coisa que não conseguiam assimilar, nem compreender (Vainfas 1989: 274-84).

Adentrei por esses atalhos somente para ilustrar problemas específicos com que se deparam ou podem se deparar os historiadores que se aventuram no mundo da vida privada - intimidades, segredos -, desprovidos de diários íntimos ou pesquisas de opinião - e mesmo tais fontes não são, obviamente, imunes a distorções. É a sina dos historiadores. De todos, é certo, mas quem sabe não a sofrerá mais o historiador da vida privada, privacidade às vezes mal separada da vida e do registro público, quando não por ele devassado ou manipulado?

As possibilidades que oferece uma História da Vida Privada estão, porém, acima de qualquer crítica que se possa aqui fazer. Defende-se bem esta história. Basta ver o verdadeiro programa de pesquisa traçado por Ariès, no terceiro volume da série, herdeiro de estudos seus e de outros e certamente inspirador de novas investigações. Basta ver a plêiade de trabalhos dos volumes 4 e 5 da mesma coleção, enfrentando problemas de evidente relevância e ressonância editorial. Não por acaso, a *História da vida privada* é um sucesso mercadológico, verdadeiro *best-seller*, e não só na França, apesar de ser muito francesa. Traduzida em várias línguas e países, inclusive no Brasil. Seria injusto atribuir tal êxito apenas a um fenômeno de mídia, embora ela tenha contribuído, em certa medida, para tanto. É que, queira-se ou não, o problema da privacidade, em conexão com o da cultura, desponta, neste fim de milênio, como problema inquietante, seja para os historiadores de ofício, seja para os leitores de história.

Na altura em que sair publicado este artigo, já terá saído a *História da vida privada no Brasil*, coleção em três volumes dirigida por um de nossos principais historiadores, Fernando Novais. Nela compareci, com um capítulo no volume sobre o período colonial, e nele me debati, como sói ocorrer com os historiadores de tempos remotos, com a dificuldade de divisar o privado. Em trabalho intitulado "Moralidades brasileiras: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista" (Vainfas 1997b), não tive como escapar à evidência de que o lugar mais privado e secreto para a prática do sexo era o mato, a ribeira, um canto qualquer da cidade, inespecífico, pois nas cafuas da colônia, vizinhança de parede-meia, frestas nas portas, quando as havia, gente na casa, o que era regra, tudo se via e se guardava na memória. Possibilidades desconcertantes da vida privada no trópico de antanho. Mas os documentos que disso dão conta são oficiais, públicos: documentos do Santo Ofício ou das visitas diocesanas; documentos que, para a História da Vida Privada, somente podem ser lidos na contramão.

6. Entre paradigmas e escalas

Duas ou três palavras à guisa de conclusão, a primeira delas retomando, pela derradeira vez, o "Prefácio" de Georges Duby à *História da vida privada*. A última justificativa que oferece para a vasta obra que então se publicava era "a de tornar perceptíveis as mudanças, lentas ou bruscas, que, ao longo do tempo, afetaram a noção e os aspectos da vida privada". E, dirigindo-se diretamente ao possível público da obra, afirma:

"Mais consciente dessa mobilidade que associa de modo permanente a continuidade e a inovação, o leitor talvez se sinta menos desorientado face à evolução que se processa diante de seus olhos e cujo ritmo, ao acelerar-se, de algum modo o perturba. Não vê estiolarem-se, entre o lar e o trabalho, os espaços intermediários de sociabilidade privada? Não assiste à rápida e perturbadora eliminação da diferença entre masculino e feminino, que a história nos mostra fortemente ancorada na distinção entre o exterior e o interior, entre o público e o privado? Não percebe que hoje em dia é urgente procurar salvaguardar a própria essência da pessoa, pois demolindo as últimas muralhas da vida privada, o fulgurante progresso técnico desenvolve essas formas de controle estatal que, se não tomarmos cuidado, logo reduzirão o indivíduo a um número no meio de um imenso e aterrador banco de dados?" (Duby 1990-1, v.1: 11).

Descontado o tom apocalíptico - e também a obscura referência ao masculino/feminino que só conservei na citação para não cortar o trecho final -, Duby revela uma preocupação perfeitamente plausível. A *História da vida privada* atenderia, assim, a uma expectativa do mundo contemporâneo na virada do milênio. Expectativa resultante de certo mal-estar generalizado em face da voracidade do Estado em detrimento do indivíduo, para o que contribuiria, e muito, o ritmo avassalador das transformações tecnológicas.

Se Duby tem ou não razão no seu diagnóstico é algo cuja discussão certamente extrapolaria, sem grande proveito, os limites deste artigo. Valeria, contudo, ao menos a opinião que Richard Sennett externou quase dez anos antes, em 1974, no seu *O declínio do homem público*. (Sennett 1989). Opinião radicalmente oposta, como sugere o título do livro, segundo a qual as últimas décadas indicariam verdadeira "erosão de uma vida pública forte". Erosão do público e ascensão de uma espécie de império do egocentrismo, do individualismo ansioso e obsessivo com a descoberta e preservação dos sentimentos individuais, prazeres, intimidades. Espaço público morto, confusão entre vida pública e vida íntima, sujeição do público aos domínios do eu narcisista, eis o que desenvolve Sennett em seu livro.

Se tem razão Sennett, os historiadores da vida privada - e antes deles, os das mentalidades (se é que não são basicamente os mesmos) - dariam uma espécie de versão historiográfica das "tiralias da intimidade" e também da "opressiva fisiolatria" (muitíssimo ligada ao "amor físico") presente no mundo contemporâneo. Problema historiográfico, sem dúvida, o qual tangenciei ao constatar a incidência da temática da sexualidade ou da intimidade na História da Vida Privada. Mas é também um problema filosófico e ético.

É nesta linha de argumentação, ou próxima dela, que Ciro Cardoso tem criticado, entre nós, há pelo menos dez anos, a chamada Nova História, quer se a chame de História das Mentalidades ou de Nova História Cultural. Em texto

recente, "História e paradigmas rivais", Cardoso associou o triunfo da chamada Nova História ao do paradigma pós-moderno na historiografia, modelo construído entre 1968-9 e 1989 em meio à crise dos vários racionalismos e calcado em processos hermenêuticos de interpretação, processos conducentes à pulverização das totalidades históricas, à confusão epistemológica entre sujeito e objeto, à renúncia, enfim, da explicação. O modelo "derrotado" pelo paradigma pós-moderno seria o de viés iluminista, partidário de uma história científica e racional e convencido, portanto, da existência de uma realidade social global a ser explicada (Cardoso 1997).

Se a História da Vida Privada se enquadra perfeitamente neste paradigma pós-moderno de que fala Cardoso, eis algo que não vou discutir aqui. Creio ter dado alguns elementos, na avaliação que fiz deste campo historiográfico, seja para acentuar certas incoerências teórico-metodológicas, seja para indicar as possibilidades que pode abrir à investigação histórica. O debate que se seguirá a este artigo poderá revelar se o que venho de propor é ou não questão relevante.

Mas, como palavra final, quem sabe estimuladora do debate, cito trecho do recente artigo de Jacques Revel publicado em *Jeux d'échelles: la micro-analyse à l'expérience*:

"La démarche micro-historienne est profondément différente dans ses intentions comme dans ses procédures. Elle pose en principe que le choix d'une échelle particulière d'observation produit des effets de connaissance et qu'il peut être mis au service de stratégies de connaissances. Faire varier la focale de l'objectif, ce n'est pas seulement faire grandir (ou diminuer) la taille de l'objet dans le viseur, c'est en modifier la forme et la trame" (Revel 1966: 19).

Escala diferente de observação, assim pode ser pensada a História da Vida Privada e, neste sentido, próxima da micro-história. Adotá-la é não só optar por uma escala microscópica de observação, mas refazer a trama da história, iluminando aspectos que numa escala macro-histórica certamente se perderiam. Se assim é, não tenho dúvidas em afirmar que a História da Vida Privada, herdeira da velha História das Mentalidades ou inscrita na Nova História Cultural, tem realmente alguma contribuição a dar.

RESUMOS/ABSTRACTS

A História da Vida Privada: dilemas, paradigmas, escalas

Ronaldo Vainfas

Este artigo, redigido como texto-base para debate, mapeia o campo teórico-metodológico em que se insere a *vida privada* como objeto da História. Partindo de uma análise verticalizada da obra em cinco volumes organizada por G. Duby e Ph. Ariès, o A. examina as definições conceituais de vida privada ali presentes, analisa as relações entre a noção de cotidiano e a de vida privada, realiza um balanço quantitativo de temas e períodos abordados na coleção francesa dedicada ao tema e procura delimitar as matrizes e linhagens historiográficas da História da vida privada que hoje se pratica. Submete a referida temática a uma crítica teórica, indicando sua filiação, seja no tocante às temáticas, seja quanto à imprecisão conceitual que a caracteriza, ao campo da História das Mentalidades praticada na França entre fins dos anos 60 e meados dos 80. Discute, igualmente, a proposta de uma História da Vida Privada nos quadros do paradigma historiográfico dito pós-moderno e das reflexões de Richard Sennett quanto ao declínio, nos últimos anos, das sociabilidades e da ética ancoradas no público. Relaciona, enfim, do ponto de vista metodológico, o recorte da vida privada como objeto da História a uma escala microscópica de observação, tal como expôs Jacques Revel em sua recente obra *Jeux d'échelles*. Seguem-se comentários de dez especialistas, aos quais o A. responde, ao fim.

UNITERMOS: História da Vida Privada. História do Cotidiano. Historiografia contemporânea.
Anais do Museu Paulista, N.Sér. v.4, p.9-122, jan./dez.1996

History of private life: dilemmas, paradigms, and scales

Ronaldo Vainfas

This article, intended as a text for debate, attempts to chart the theoretical and methodological domain within which *private life* is taken as an object of History. The starting point is a vertical analysis of the five-volume work edited by G. Duby and Ph. Ariès on the subject. Special attention is given to the concept of private life and its relations with daily life. After a quantitative appraisal of subjects and periods, the A. tries to identify historiographical matrices and lineages of the current History of private life. A theoretical criticism unveils its affiliation with the History of *Mentalités* cultivated in France from the 60s. to the middle 80s., not only from a thematic point of view, but also for its conceptual imprecision, according to the so called post-modern historiographical paradigm. Richard Sennett's reflections on the decline of the sociability and the ethics based on the public sphere are then discussed. Finally, the choice of private life as a historiographical object is related to a microscopic scale of observation, as proposed by Jacques Revel in *Jeux d'échelles*. The text is followed by ten comments and closed by the A.'s reply to his commentators.

UNITERMOS: History of private life. History of daily life. Contemporary historiography.
Anais do Museu Paulista, N.Sér. v.4, p.9-122, jan./dez.1996

Ouro Preto: dos gestos de transformação do "colonial" aos de construção de um "antigo moderno"

Heliana Angotti Salgueiro

As transformações urbanas e arquiteturas introduzidas nas cidades do século XIX produziram diferentes maneiras de integrar inovações, coexistindo ou não com a preservação do passado e, mesmo, a construção de um "patrimônio histórico". São examinadas as diferentes variáveis em jogo, como, de um lado, o cosmopolitismo das medidas de intervenção e melhoramentos urbanos, e, de outro, a introdução de novos dispositivos formais, técnico-construtivos, ou a transferência de modelos, dentro do quadro de condições materiais, políticas e culturais. Toma-se Ouro Preto, a cidade mitificada, como um estudo de caso para a compreensão dos esforços que procuraram a construção de um "monumento histórico", artificialmente homogeneizando a realidade urbana em detrimento de sua historicidade e das transformações ocorridas.

UNITERMOS: História Urbana. Patrimônio histórico e desistoricização. Ouro Preto.
Anais do Museu Paulista, N.Sér. v.4, p.125-63, jan./dez.1996